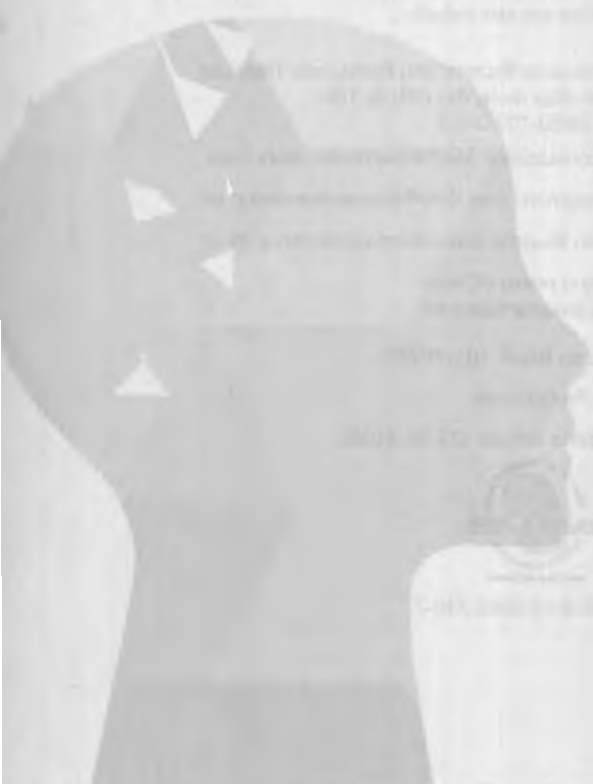


Luiz Fernando Marrey Moncau

Direito ao Esquecimento

Entre a liberdade
de expressão, a
privacidade e a
proteção de
dados pessoais

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**



Sumário

DEDICATÓRIA	5
EPÍGRAFE.....	7
AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO	11
LISTA DE ABREVIATURAS.....	19
INTRODUÇÃO	21
NOTAS SOBRE A TERMINOLOGIA UTILIZADA NESTE TRABALHO.....	27
1. SOBRE UM DIREITO AO ESQUECIMENTO	29
1.1. Breve Introdução.....	29
1.2. Direito ao Esquecimento: o que é?	33
1.3. Um olhar geral para precedentes internacionais.....	38
1.3.1. Os Casos <i>Melvin v. Reid</i> , <i>Sidis v. F-R Publishing</i> e outros precedentes nos EUA.....	39
1.3.2. Os Casos <i>Lebach-1</i> , <i>Lebach-2</i> e outros precedentes da Alemanha.....	44
1.3.3. Os Casos <i>Dietrich</i> , <i>Landru</i> , <i>Madame M.</i> e outros precedentes da França.....	48
1.3.4. Outros precedentes internacionais	55
1.4. Os Argumentos-Vetores do Direito ao Esquecimento.....	57
1.4.1. A evolução da tecnologia e a memória como regra	58
1.4.2. Descontextualização	68
1.4.3. Perdão e Reintegração Social	73
1.4.4. <i>Chilling Effects</i> , Interesse Social e os paradoxos da privacidade e do esquecimento.....	77
1.5. A Confusão Conceitual	84
1.5.1. Breve Introdução.....	84
1.5.2. Definições de Direito ao Esquecimento. Uma revisão crítica da literatura	85

2.	OS FUNDAMENTOS DE UM “DIREITO AO ESQUECIMENTO”	107
2.1.	Privacidades e Proteção de Dados – Uma visão geral	112
2.1.1.	A privacidade “moderna”	112
2.1.2.	Das esferas de privacidade ao controle das informações pessoais	120
2.1.3.	Controle das Informações Pessoais, Proteção de Dados Pessoais e Autodeterminação Informativa.....	123
2.1.4.	As gerações das Leis de Proteção de Dados na Europa.....	137
2.1.5.	A Diretiva 95/46/EC.....	140
2.1.6.	A Afirmção do Direito à Proteção de Dados Pessoais na Carta dos Direitos Fundamentais da UE.....	144
2.1.7.	O Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais da UE.....	146
2.1.8.	Síntese Conclusiva	155
2.2.	Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no Brasil	158
2.2.1.	Privacidade e proteção de dados no ordenamento jurídico brasileiro...	158
2.3.	Distinguindo Privacidade e outros direitos.....	179
2.3.1.	A privacidade e a proteção de dados.....	180
2.3.2.	O direito à honra, o direito à imagem e ao nome. Breves considerações..	185
2.4.	A liberdade de expressão, de comunicação e o conflito de lógicas	195
2.4.1.	Breves considerações sobre a liberdade de expressão e comunicação ...	195
2.4.2.	As possíveis restrições à liberdade de expressão e comunicação.....	198
2.4.3.	O conflito de lógicas	201
2.5.	Síntese Conclusiva do Capítulo 2	207
3.	DIREITO AO ESQUECIMENTO E DESINDEXAÇÃO. UMA PROPOSTA DE DEFINIÇÃO	209
3.1.	Os elementos de um direito ao esquecimento	212
3.1.1.	Considerações gerais sobre o tempo e a informação	216
3.1.2.	O tempo e publicidade de informações. Considerações sobre o interesse público e a figura pública.....	221
3.1.3.	O tempo e a licitude de informações. Considerações sobre as ideias de atualidade e veracidade ou correção das informações.....	232
3.1.4.	O tempo e o caráter danoso de uma informação	236
3.2.	Uma distinção relevante: novas veiculações de fatos passados x acesso permanente a informações antigas.....	243
4.	MECANISMOS DE BUSCA E DEMANDAS POR DESINDEXAÇÃO	249
4.1.	O Caso Google Espanha	249
4.1.1.	Visão Geral e Histórico do Caso	250
4.2.	Análise crítica da decisão	275
4.2.1.	Aspectos substantivos da decisão	276

4.2.2. Aspectos procedimentais da decisão.....	283
4.3. A Europa após o caso Google Espanha.....	295
5. <i>INSIGHTS</i> LATINO-AMERICANOS.....	311
5.1. Casos nas Cortes Superiores de Chile e Colômbia	311
5.2. Casos em Autoridades de Proteção de Dados	319
6. O BRASIL E O DIREITO AO ESQUECIMENTO	323
6.1. A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	323
6.2. O Direito ao Esquecimento no Supremo Tribunal Federal – STF.....	353
6.3. Breves considerações sobre a LGPD e demandas por esquecimento ou desindexação	356
7. CONCLUSÕES	365
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	373